



## COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

### ACTA NÚMERO 65/XI/ 2.ª SL

Aos 15 dias do mês de Fevereiro de 2011, pelas 16:30 horas, reuniu a Comissão de Assuntos Europeus, na Sala 10 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta acta, com a seguinte Ordem do Dia:

- 1 - Decisão sobre a proposta final de programa para o Seminário sobre a "Estratégia UE 2020";

O Sr. Presidente, Deputado Vitalino Canas, apelou a que os vários Grupos Parlamentares apresentassem propostas de oradores para o painel consensualizado. Referiu considerar prejudicada a proposta apresentada pelo CDS-PP no sentido do Seminário ser constituído por três painéis, pela difícil exequibilidade desse formato apenas numa manhã. Assinalou, porém, que a proposta do CDS-PP sobre a importância de se debater a questão demográfica poderia ser incluída no Seminário através da participação de um dos oradores propostos que apresentasse essa perspectiva. Propôs que o Seminário de iniciasse às 09h00, com a participação dos responsáveis institucionais da AR, seguidos do representante da Comissão Europeia, do Secretário de Estado da Energia e da Inovação, seguidos de 4 ou 5 outros oradores convidados, sugerindo alguns nomes. Referiu que os primeiros oradores sugeridos não se encontravam disponíveis para o dia 16 de Março, colocando à consideração dos Membros da CAE a mudança de oradores ou da data, sugerindo que se averiguasse junto desses oradores da sua disponibilidade noutras datas e, nessa sequência se decidiria da oportunidade ou não de alterar a data.

O Sr. Deputado Carlos Costa Neves (PSD) manifestou o seu acordo em relação à abordagem do Sr. Presidente, considerando importante que o Seminário se realizasse antes da entrega do Programa Nacional de Reformas (PNR) por parte do Governo à Comissão Europeia, no fim de Abril.

O Sr. Deputado João Serpa Oliva (CDS-PP) considerou que se deveria reservar um espaço no debate para a participação dos Grupos Parlamentares e referiu que a questão demográfica poderia ser debatida noutra ocasião.

O Sr. Presidente referiu que se poderia incluir no programa do Seminário um orador que expressasse essa preocupação, mas, no caso de o CDS-PP preferir propor a realização de outro Seminário apenas dedicado a questões demográficas, a CAE apreciaria essa proposta em momento oportuno.

O Sr. Deputado Alberto Costa (PS) concordou com a relevância do tema demográfico e considerou que essa questão deveria ser promovida. Pronunciou-se acerca das propostas de oradores em debate, tecendo considerações acerca da correspondência do perfil das propostas com o objectivo do Seminário.

O Sr. Presidente referiu ter contactado directamente o Sr. Vice-Presidente da Comissão Europeia, Maroš Šefčovič, aquando da Conferência de Presidentes das CAE, realizada em Budapeste, e deste se ter mostrado sensibilizado quanto ao interesse da CAE em debater com um Comissário o Programa anual de trabalho da Comissão Europeia, comprometendo-se a consensualizar uma data para, em Novembro, se deslocar à AR para esse efeito.

A Sra. Deputada Cecília Honório (BE) comunicou que apresentaria propostas para o Seminário até à próxima reunião da CAE.

O Sr. Deputado Pedro Brandão Rodrigues (CDS-PP) concordou com alguns dos argumentos apresentados pelo Sr. Deputado Alberto Costa (PS) e propôs outros oradores.

A Sra. Deputada Ana Catarina Mendes (PS) também propôs nomes de oradores.

O Sr. Deputado Carlos Costa Neves (PSD) considerou que a CAE deveria decidir se tencionava organizar um Seminário que promovesse um debate entre representantes institucionais ou um debate entre individualidades que se tivessem destacado na sociedade civil, nomeadamente no mundo empresarial e que, pelo exemplo de competitividade e pela visão multifacetada que podiam oferecer, poderiam concorrer para alargar o espaço de reflexão sobre a efectiva aplicação da Estratégia Europa 2020.

O Sr. Deputado José Manuel Ribeiro (PS) colocou a tónica no objectivo do Seminário, considerando que a opção por um debate interinstitucional poderia ser

reduzida e que um debate prévio à apresentação do PNR por parte do Governo deveria reunir personalidades que representassem sucessos na área da investigação, da inovação e do empreendedorismo, propondo alguns oradores com este perfil.

A Sra. Deputada Cecília Honório (BE) recordou que o debate estaria formatado pelo recente Pacto Europeu para a Competitividade e pelas reformas no sistema de segurança social, nas pensões, na legislação laboral, na questão demográfica, etc, e considerou que o Seminário deveria assumir a expressão de pontos de vista diversos, sob o lema da pluralidade.

O Sr. Deputado Luís Rodrigues (PSD) reforçou a importância de se garantir a diversidade de opinião no Seminário e considerou que se deveria conceber um Seminário o mais mediático possível. Propôs que a Mesa da CAE e os Coordenadores dos vários Grupos Parlamentares se reunissem para consensualizar a lista dos oradores a convidar para o Seminário, esclarecendo que o objectivo do PSD aquando da apresentação da proposta de organização do Seminário não era que este tivesse um pendor institucional, concordando com os oradores propostos pelo Sr. Deputado José Manuel Ribeiro (PS). Considerou que a CAE deveria acordar o perfil dos oradores a convidar, na sua óptica, não institucionais, e, subsequentemente, acordar sobre os nomes dos oradores.

A Sra. Deputada Ana Catarina Mendes (PS) reconheceu a dificuldade em se chegar a acordo quanto ao programa do Seminário, referindo que o PS contribuiria para a realização de um painel pluralista e interessante. Tendo em conta o debate, elencou os oradores que lhe pareceram gerar o consenso da CAE.

O Sr. Deputado João Serpa Oliva (CDS-PP) sublinhou a necessidade de se definir o perfil do Seminário, ora institucional, ora não institucional, e de se convidarem também personalidades que pudessem dar nota das actuais dificuldades das empresas e não só das bem sucedidas.

O Sr. Presidente considerou que se poderia optar por uma primeira parte do Seminário com interlocutores mais institucionais e uma segunda parte com perfis menos institucionais.

O Sr. Deputado Luís Rodrigues (PSD) propôs dois oradores na área económica e dois na área empresarial.

O Sr. Deputado José de Bianchi (PS) concordou com o Sr. Deputado João Serpa Oliva (CDS-PP) na necessidade de se definir a finalidade do Seminário e o próprio âmbito do debate, PNR ou Europa 2020.

O Sr. Presidente constatou o consenso em torno da estrutura do Seminário, com uma primeira parte com intervenções de representantes institucionais e uma segunda parte com oradores da sociedade civil, elencando os nomes consensuais. Apelou a que, até ao fim da semana, se consensualizassem entre os Grupos Parlamentares mais dois ou três oradores a convidar.

2 - Ponto de situação da resposta da CAE ao questionário da Comissão CRIS e do contributo para a Comissão SURE, ambas do PE;

O Sr. Deputado José de Bianchi (PS) deu conta dos resultados da reunião de coordenadores dos Grupos Parlamentares realizada antes da reunião da CAE sobre o assunto em apreço, propondo que se solicitasse à Comissão de Orçamento e Finanças que concorresse para a resposta da CAE/AR à Comissão SURE do PE sobre o próximo Quadro Financeiro Plurianual da UE. No respeito à resposta ao questionário enviado pela Comissão CRIS do PE sobre as medidas de combate à crise, propôs, conforme fora acordado na mencionada reunião de coordenadores, que se coligissem os contributos das três comissões envolvidas (Comissão de Orçamento e Finanças, Comissão de Assuntos Económicos, Inovação e Energia, e Comissão de Trabalho, Segurança Social e Administração Pública) e que se incorporassem as propostas dos vários Grupos Parlamentares, com a nota de que se tratava de um documento que não vinculava nem o Parlamento, nem o Governo Português, mas que expressava as várias sensibilidades dos partidos com assento parlamentar, concorrendo, assim, para uma reflexão mais ampla e plural por parte da Comissão do PE sobre a matéria.

3 - Apreciação e votação do Parecer da CAE sobre o Programa de Trabalho da Comissão Europeia para 2011 e deliberação sobre as propostas de prioridades da Assembleia da República no âmbito do escrutínio reforçado a serem incluídas em projecto de resolução a agendar para plenário;

O Sr. Deputado Carlos Costa Neves (PSD) referiu-se à participação das restantes comissões permanentes, considerando que, em exercícios futuros, se deveria solicitar que, a partir do Programa da Comissão Europeia, seleccionassem uma proposta concreta. Apresentou as seis iniciativas que, tendo em conta todos os contributos, quer das comissões permanentes, quer da audição realizada com o Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Europeus, os Deputados do Parlamento Europeu

eleitos por Portugal e os Deputados das Assembleias Legislativas dos Açores e da Madeira, considerou que deveriam ser objecto de escrutínio reforçado em 2011:

- 1 – Reforço da Governação Económica e início do Semestre Europeu:
  - a) Inquérito Anual sobre o Crescimento;
  - b) Reforçar a governação económica – seguimento;
- 2 – Proposta de um novo Quadro Financeiro Plurianual, nomeadamente propostas em matéria das diferentes áreas políticas;
- 3 – Livro Branco sobre as Pensões;
- 4 – Livro Branco sobre o Futuro dos Transportes;
- 5 – Revisão da Directiva relativa ao “Tempo de Trabalho” (Directiva 2003/88);
- 6 – Directiva relativa à eficiência energética e às economias de energia.

Explicou que, para 2011, se propunha a manutenção de duas das iniciativas consideradas prioritárias em 2010 e que, por não terem sido publicadas em 2010, a Comissão se propunha apresentá-las em 2011: o Livro Branco sobre as Pensões e a Revisão da Directiva relativa ao “Tempo de Trabalho”. Incluiu também nas seis prioridades de escrutínio, o Livro Branco sobre o Futuro dos Transportes e a Directiva relativa à eficiência energética e às economias de energia. Referiu que para além das propostas das outras comissões permanentes, propunha que se escrutinasse de forma reforçada as questões ligadas com a aplicação do Semestre Europeu, assim como o Quadro Financeiro Plurianual da UE, por considerar tratarem-se de iniciativas fundamentais, colocando esta opção à consideração da CAE. Para além das seis prioridades seleccionadas, considerou que, pela sua importância, as seguintes iniciativas deveriam merecer uma especial atenção por parte da AR: a iniciativa legislativa relativa a um quadro para a gestão e resolução das crises bancárias; o pacote JAI (prosseguir a agenda para os cidadãos: liberdade, segurança e justiça); e as iniciativas sobre as fronteiras inteligentes.

O Sr. Presidente considerou que as seis propostas seleccionadas pelo Sr. Deputado-Relator se referiam a temas importantes e estimulantes para o trabalho político da AR.

O Sr. Deputado Pedro Brandão Rodrigues (CDS-PP) felicitou o trabalho realizado pelo Sr. Deputado-Relator e referiu que a CAE/AR teria, para além das mencionadas seis prioridades, oportunidade de escrutinar outras iniciativas, sempre que consideradas relevantes por um Sr. Deputado.

O Sr. Presidente colocou o Relatório a votação, registando a sua aprovação por unanimidade, com os votos favoráveis do PS, PSD, CDS-PP e a abstenção do BE, na ausência do PCP.

#### 4 - Apreciação e votação dos Pareceres elaborados na CAE no âmbito do escrutínio de iniciativas europeias;

Em relação à Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho, que revoga determinados actos obsoletos do Conselho no domínio da política agrícola comum (COM (2010) 764), e à Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho, que altera o Regulamento (CE) n.º 378/2007 do Conselho no que respeita às regras de modulação voluntária dos pagamentos directos no âmbito da política agrícola comum (COM (2010) 772), o Sr. Deputado Carlos São Martinho (PSD), considerando a matéria em apreço, prescindiu da apresentação dos Pareceres.

O Sr. Presidente colocou o Parecer relativo à COM (2010) 764 a votação, registando a sua aprovação por unanimidade, com os votos favoráveis do PS, PSD, CDS-PP e BE, na ausência do PCP, assim como o Parecer sobre a COM (2010) 772, registando o mesmo resultado na votação.

O Sr. Deputado António Gameiro (PS) apresentou o Parecer referente à Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho relativo ao Sistema europeu de contas nacionais e regionais na União Europeia (Texto relevante para efeitos do EEE) - COM (2010) 774 - salientando que a iniciativa procurava dar resposta a problemas contabilísticos detectados desde 1996 e adaptar os sistemas contabilísticos nacionais ao europeu.

O Sr. Presidente colocou o Parecer relativo à COM (2010) 774 a votação, registando a sua aprovação por unanimidade, com os votos favoráveis do PS, PSD e CDS-PP, na ausência do BE e do PCP.

Recordou ainda que o Parecer sobre a Proposta de Regulamento (UE) do Parlamento Europeu e do Conselho que revoga o regulamento (CE n.º 1541/98 do Conselho relativo à prova de origem de determinados produtos têxteis da Secção XI da nomenclatura combinada, introduzidos em livre prática na Comunidade, bem como aos termos de admissibilidade da prova e que altera o regulamento (CEE) n.º 3030/93 do Conselho relativo ao regime comum aplicável às importações de certos produtos têxteis originários de países terceiros - COM (2010) 544 - fora adiado pelo Grupo Parlamentar do PS para esta reunião, registou a solicitação do mencionado Grupo para um novo adiamento para a próxima reunião.

5 - Nomeação de Deputado Autor de Parecer na CAE, no âmbito do escrutínio de iniciativas europeias;

- A Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu e ao Conselho - O futuro papel das Iniciativas Regionais - COM (2010) 721 – incluindo o Relatório elaborado pela 6.ª Comissão, foi distribuída ao Grupo Parlamentar do PS, tendo sido nomeada a Sra. Deputada Ana Couto (PS);

- A Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho relativo à competência judiciária, ao reconhecimento e à execução de decisões em matéria civil e comercial - COM (2010) 748 - incluindo o Relatório elaborado pela 1ª Comissão, foi distribuída ao Grupo Parlamentar do PSD, com a menção de que a iniciativa se enquadrava no Protocolo n.º 2, anexo ao Tratado de Lisboa, cujo prazo para envio de parecer às Instituições da U.E. terminaria no dia 2 de Março, pelo que o Parecer deveria ser apresentado na reunião da CAE de dia 23 de Fevereiro de 2011. O Sr. Deputado Coordenador do PSD na CAE, Deputado Luís Rodrigues (PSD) nomeou o Sr. Deputado Arménio Santos (PSD) para efeitos de elaboração do Parecer;

- A Proposta de Directiva do Conselho relativa ao regime fiscal comum aplicável às sociedades mãe e sociedades afiliadas de Estados-Membros diferentes (reformulação) - COM (2010) 784 - foi distribuída ao Grupo Parlamentar do PS, com a mesma menção da anterior, tendo sido nomeado o Sr. Deputado António Gameiro (PS) para efeitos de elaboração do Parecer;

- A Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho, que estabelece uma organização comum dos mercados agrícolas e disposições específicas para certos produtos agrícolas (Regulamento «OCM única») - COM (2010) 799 – incluindo o Relatório elaborado pela 7.ª Comissão, foi distribuída ao Grupo Parlamentar do BE, tendo sido nomeada a Sra. Deputada Cecília Honório (BE), com a menção de que a iniciativa se enquadrava no Protocolo n.º 2, anexo ao Tratado de Lisboa, cujo prazo para envio de parecer às Instituições da U.E. terminaria no dia 8 de Março, pelo que o Parecer deveria ser apresentado na reunião da CAE de dia 1 de Março de 2011;

- A Proposta de Directiva do Parlamento Europeu e do Conselho relativa ao controlo dos perigos associados a acidentes graves que envolvem substâncias perigosas -

COM (2010) 781 Final – incluindo o Relatório elaborado pela 12ª Comissão, com a mesma menção da anterior, foi distribuída ao Grupo Parlamentar do PCP, tendo sido nomeado o Sr. Deputado Honório Novo (PCP);

- A Proposta de Directiva do Parlamento e do Conselho que altera a Directiva 2000/25/CE no que respeita à aplicação de fases de emissões a tractores de via estreita - COM (2011) 1 Final – incluindo o Relatório elaborado pela 12ª Comissão, foi distribuída ao Sr. Deputado Pedro Brandão Rodrigues (CDS-PP), com a menção de que a iniciativa se enquadrava no Protocolo n.º 2, anexo ao Tratado de Lisboa, cujo prazo para envio de parecer às Instituições da U.E. terminaria no dia 11 de Março, pelo que o Parecer deveria ser apresentado na reunião da CAE de dia 9 de Março de 2011;

- A Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu e ao Conselho - Rumo a um melhor quadro de supervisão do mercado para Regime de Comércio de Licenças de Emissão da UE - COM (2010) 796 Final – incluindo o Relatório elaborado pela 12ª Comissão, foi distribuída ao Grupo Parlamentar do PSD, que nomeou o Sr. Deputado Carlos São Martinho (PSD);

- O Relatório da Comissão sobre as alterações indirectas da utilização dos solos relativas aos biocombustíveis e biolíquidos - COM (2010) 811 – incluindo a Nota Informativa elaborada pela 12ª Comissão, foi distribuído ao Grupo Parlamentar do PS, que nomeou José Manuel Ribeiro (PS).

6 - Apreciação e votação da acta n.º 59 de 12 de Janeiro de 2011 e a acta n.º 64 de 7 de Fevereiro de 2011;

O Sr. Presidente colocou as referidas actas a votação, registando a sua aprovação por unanimidade, com os votos favoráveis do PS, PSD e CDS-PP, na ausência do BE e do PCP.

7 - Outros Assuntos.

O Sr. Presidente deu nota de como correu a Conferência de Presidentes das CAE, em Budapeste, com vista à preparação da COSAC, solicitou aos Srs. Deputados que apresentassem sugestões sobre a Metodologia de escrutínio das iniciativas europeias até à próxima reunião da CAE, para que a sua revisão pudesse ser agendada e deu nota das próximas reuniões da CAE.



O Sr. Deputado António Gameiro (PS) alertou para o facto do Projecto de Lei do BE, que altera a lei n.º 43/2006, de 25 de Agosto, reforçando os meios de acompanhamento, apreciação e pronúncia pela Assembleia da República no âmbito do processo de construção da União Europeia, fora agendado para debate plenário.

O Sr. Presidente agradeceu a informação e recordou que a próxima reunião da CAE se realizaria com o Sr. Presidente do PE, na manhã do dia 18 de Fevereiro, pelas 09h00.

A reunião foi encerrada às 18:00 horas, dela se tendo lavrado a presente acta, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 5 de Abril de 2011.

**O PRESIDENTE**



**(VITALINO CANAS)**

## **Folha de Presenças**

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Alberto Costa  
Ana Catarina Mendonça Mendes  
Ana Couto  
António Gameiro  
Arménio Santos  
Carlos Costa Neves  
Carlos São Martinho  
Cecília Honório  
João Serpa Oliva  
José de Bianchi  
José Ribeiro  
Luís Rodrigues  
Pedro Brandão Rodrigues  
Vânia Jesus  
Vitalino Canas

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

José Ferreira Gomes

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Honório Novo  
Paulo Pisco  
Pedro Duarte  
Sérgio Sousa Pinto

Justificaram a falta os seguintes Senhores Deputados: